

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : IT

CLASS. : 244

DATA : 25 07 91

PG. : capa / 16



André Dusek/AE

Uma índia ianomâmi de 22 anos, com tuberculose, malária e desnutrição, como seu filhinho, é o retrato da situação da tribo após o contato com os garimpeiros em Roraima. A Operação Ianomâmi sofre atrasos com a greve na Funai. Pág. 16.

2243
IANOMÂMIS: O DINHEIRO

AVULSÃO
NÃO SAI, A DOENÇA AVANÇA.

O custo da Operação Ianomâmi, que inclui a retirada dos sete mil garimpeiros do território ianomâmi, em Roraima, estudo da área indígena invadida, demarcação e construção de 17 novos postos da Funai, está orçado em Cr\$ 3 bilhões. Até agora, Cr\$ 700 milhões foram repassados pelo Tesouro Nacional e os restantes Cr\$ 2,3 bilhões aguardam aprovação do Congresso. A operação, porém, corre risco de ser interrompida pela greve dos funcionários da Funai porque o plano de carreiras da fundação está parado no Ministério da Justiça.

O contato da nação indígena, uma das mais primitivas do planeta, com os garimpeiros, levou os ianomâmis a uma situação próxima do extermínio. Tuberculose, diarreia aguda, malária e anemia se disseminaram entre os índios nos últimos quatro anos. Muitos deles estão sendo tratados na Casa do Índio, em Boa Vista, para onde são levados por missionários e funcionários da Funai. Lá, porém, as condições são precárias e os indígenas tratados, quando devolvidos às aldeias, são vítimas em potencial de outras enfermidades.

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, afirmou ontem que não vai utilizar a força para retirar os sete mil garimpeiros do território ianomâmi. Possue-



André Dusek/AE

Ianomâmis na Casa do Índio: malária e desnutrição.

lo bloqueou os acessos fluviais e rodoviários aos garimpos, impedindo o fornecimento de gêneros alimentícios.

O ouro encontrado em poder dos garimpeiros está sendo depositado na Caixa Econômica Federal, já que pertence à União por tratar-se de lavra clandestina. Entretanto, segundo Possuelo, muitos garimpei-

ros, ao perceberem a aproximação dos indigenistas e dos agentes da Polícia Federal, colocam pequenas porções de ouro dentro de preservativos e os engolem.

O governo brasileiro continua se queixando dos recursos liberados pelo Grupo dos 7 (G-7) para projetos ambientais. Até agora não sabe se existe com-

promisso financeiro dos países ricos com o Programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais, que pedia a liberação de US\$ 242,6 milhões este ano, para a implantação da primeira fase do projeto.

Segundo o secretário-adjunto da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Semam), Eduardo Martins, o governo federal foi surpreendido com a autorização dada pelos representantes do G-7 (França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Canadá, Estados Unidos e Japão) ao Banco Mundial para liberar apenas US\$ 50 milhões para o Programa Piloto, quase cinco vezes menos do que o solicitado.

O custo total do programa, previsto para cinco anos, fora estimado em US\$ 1.254,4 bilhão que seriam aplicados na recuperação de áreas degradáveis, exploração sustentável, demarcação de áreas indígenas, fiscalização e zoneamento ambiental, além de estudos técnicos e científicos. Da primeira parcela de recursos prevista pelo governo, mais de 50% estavam destinados à demarcação de seis áreas indígenas nos estados da Amazônia e Acre, o que não acontecerá, antecipou o presidente da Funai. De acordo com ele, a instituição não possui verba para a demarcação das áreas, apenas os recursos para o território ianomâmi.